

ATA DA 459ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos quatro dias do mês de março do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Moraes Português de Souza. Presentes os/as Cónselleiros/as: Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Kathya Beja Romero, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Representando a Terceira Subdefensoria Pública-Geral, Luis Marcelo Mendonça Bernardes e Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representante da Ouvidoria-Geral, Gabriela Galetti Pimenta e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausente Justificadamente o Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Presidente iniciou a sessão às 09h59min, encaminhando a ata da 455ª Sessão Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Após, deu início as comunicações da Presidência. Comunicou que, nesta semana, havia se encerrado as inscrições para o cargo de Defensor Público Geral e membros do Conselho Superior, e desejou sorte a todos os candidatos. Comunicou que, nesta semana, esteve em contato com a Secretaria da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil prestando informações sobre os gastos da instituição no ano de 2015. Apontou que, na oportunidade, houve uma sinalização positiva de incremento remuneratório pelo Executivo, inclusive avançar na discussão sobre o aporte no orçamento e o pagamento dos advogados conveniados. Comunicou que, nesta sexta-feira, participaria de uma reunião com o Ministério Público de Contas, visando tratar sobre o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado, que entende que a instituição deve migrar para o modelo de subsídio, previsto na Constituição. Comunicou que, na última quinta-feira, esteve em reunião com o Conselheiro Renato Martins, visando tratar sobre o sistema remuneratório dos Defensores Públicos, e apontou que já havia tratado do assunto com outros parlamentares. Comunicou que, no próximo dia 18 de março, entrará em vigor o novo Código de Processo Civil, onde o pagamento de perícias não será mais custeado pelo Fundo de Assistência Judiciária ou pela Defensoria Pública, e nesse sentido, comentou que tentará agendar uma reunião com o Tribunal de Justiça do Estado, de modo a encontrar uma solução administrativa sem causar prejuízo ao serviço público. Por fim, comunicou que, na última segunda-feira, houve renovação do convênio com a OAB/SP por mais oito meses, e destacou que o contrato prevê a possibilidade de inscrição de sociedade unipessoal de advogados. Após as comunicações, passou-se a ordem do dia. Justificou a ausência do Conselheiro Horácio Xavier. Após, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Defensora Pública Claudia Abramo, Unidade Infância e Juventude. Ela informou que, nesta semana, iniciaram dois novos juízes no Fórum da Infância e Juventude, visando atuar nas varas de conhecimento, e apontou que para agravar a situação uma Defensora Pública está em licença maternidade. Mostrou a complexidade de atuação dos Defensores, que iniciam as atividades antes das 13h e findam após as 19h, e acrescentou que, no período da manhã, os Defensores Públicos estudam processos e conversam com as famílias dos adolescentes. Agradeceu o empenho da administração na proposição de solução, mas reiterou a necessidade de reforço, considerando a situação preocupante, pois acarretará queda na qualidade no serviço prestado, podendo fragilizar a defesa dos adolescentes. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Ex-Estagiário da Unidade Araçatuba, Guilherme Viana. Ele demonstrou estar honrado por ter sido estagiário por oito anos, desde o ensino médio, e elogiou o trabalho desenvolvido pelo Defensor Público Pedro Avellar, que atua na Unidade de Araçatuba. Após, o Presidente franqueou a palavra à Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles. Ela reiterou o pedido para que os membros da instituição possam caminhar de forma independente, desmembrando o Projeto de Lei Complementar, que trata da remuneração dos Defensores e Servidores, justificando que o pleito dos Defensores terá debate com relação a subsídio, ocasionando atraso no andamento dos pleitos dos Servidores. Nesse sentido, pediu a compreensão do Conselho Superior e da Administração, pois as emendas apresentadas pelos servidores não geram impacto orçamentário. Não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a situação da Infância e Juventude, o Presidente relatou que a Segunda

Subdefensoria, a Corregedoria e a Coordenação da Unidade da Infância e Juventude foram enfáticas em apontar a gravidade da situação vivenciada no local, e afirmou que a situação estrutural é uma das prioridades, pois no fórum não comporta adequadamente todos os Defensores que atuam na Unidade. Considerou que o elemento mais grave é o enorme volume de trabalho, cujos números contrastam com os da maioria das demais Unidades, e mostrou a importância da destinação de mais dois cargos no projeto de expansão. Por fim, apontou que a questão de dar posse a pelo menos uma parte dos cargos de itinerantes está sendo debatido com Executivo, visando cobrir licenças maternidade. Com relação as emendas pleiteadas pela Associação dos Servidores, ponderou ser inviável o assento no Conselho Superior mediante alteração da Lei Complementar nº 988/06, e justificou que dependeria de uma mudança da Lei Orgânica Nacional, citando o caso da Apadep. Pontuou que a emenda sobre as gratificações para cargos de confiança ocasionará dificuldades, citando a situação vivida atualmente no Tribunal de Contas do Estado. Por fim, considerou que os projetos devem caminhar em conjunto, mantendo a articulação para o projeto ser aprovado o quanto antes, contudo, reconheceu que o servidor ocupante do cargo de oficial tem remuneração abaixo do esperado, mas pontuou que nem mesmo o projeto resolverá a mal remuneração. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. Com relação a situação da Infância e Juventude, o Conselheiro Pedro Avellar manifestou que o trabalho na área da infância e juventude é peculiar e bem desgastante, e endossou o pedido de que a situação fosse dada prioridade. A Representante da Ouvidoria, Defensora Gabriela Pimenta comentou que é Subouvidora da Unidade Infância e Juventude, e relatou que a situação das famílias é bastante complicada, pois no Fórum não há condições adequadas. O Conselheiro Bruno Miragaia se solidarizou com os Defensores Públicos da Unidade Infância e Juventude, e apontou que, infelizmente, torna-se corriqueiro o deslocamento de Juízes sem o acompanhamento de Defensores Públicos que realizam o atendimento. Nesse sentido, pediu sensibilidade do Colegiado nas tratativas do processo que tratará das atribuições, visando solucionar problemas de forma mais padronizada. Indagou a administração sobre quais alternativas deverão ser viáveis à Unidade. A Representante da Apadep, Franciane Marques também se solidarizou com o relato, e indagou se houve alguma mudança da situação. O Conselheiro Augusto Guilherme manifestou apoio aos Defensores da Infância e Juventude, e lembrou que tramita no âmbito do Conselho Superior o processo que trata da distribuição de cargos, e informou que nele há uma proposta de destinar dois cargos para o local. Avaliou ser necessário ter um olhar especial para aquele local, pois a instituição elegeu a atuação na Infância e Juventude como uma prioridade. A Conselheira Kathya Beja informou que a Corregedoria vem acompanhando a situação problemática da Unidade, e avaliou que os Defensores Públicos estão no caminho certo, pois as dificuldades devem ser trazidas a conhecimento da Administração e da Corregedoria, a fim de solicitar medidas preventivas. Nesse sentido, sugeriu considerar a possibilidade de designação extraordinária, em razão do descompasso do crescimento do Tribunal de Justiça e da capacidade da Defensoria. O Conselheiro Bruno Napolitano explicou as manobras realizadas para atender a demanda da Unidade Infância e Juventude, e evitar pautas duplas. Avaliou que a situação mais crítica ocorre no mês de março, pois a partir de abril haverá o deslocamento de um Defensor Itinerante, além de articulações junto ao Tribunal de Justiça, visando intercalar as pautas. Mostrou a necessidade de incremento do número de cargos lotados na unidade, medida que resolverá o problema, mas que infelizmente não ocorreu devido a situação orçamentária. Contudo, solicitou que a Primeira Subdefensoria e o Grupo de Planejamento Setorial avaliassem a possibilidade de, em breve, empossar alguns itinerantes, além de cobrir cargos vagos. O Conselheiro Bruno Miragaia indagou quais os critérios para deslocar um cargo da Unidade Júri. O Conselheiro Bruno Napolitano respondeu que, em razão da redução significativa dos Juízes que atuavam no I Tribunal do Júri, no ano passado, abriu-se a possibilidade de articular com os Defensores, visando evitar pautas duplas nas Varas Singulares. Com relação a sugestão da Conselheira Kathya Beja em criar atividade extraordinária, pontuou que no atual cenário seria delicado criar essa função, em razão da dificuldade de conseguir inscrições. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou a situação preocupante, ultrapassando a razoabilidade, pois acredita que uma designação extraordinária seria inviável. Avaliou como alternativa o apoio do Núcleo Especializado da Infância e Juventude ou um mutirão excepcional, e caso não surtisse efeito, em

última instância, terceirizar o atendimento de alguns casos, minimizando os prejuízos aos assistidos. A Defensora Claudia Ariano solicitou o uso da palavra, o qual foi concedida pelo Presidente. Ela agradeceu a atenção e o apoio de todos, e classificou o cenário como muito ruim, considerando insustentável no longo prazo, contudo, a unidade continua aberta à discussão, aguardando uma resposta rápida. O Conselheiro Luiz Eduardo mostrou a importância de solucionar o problema da unidade, e lembrou que há oito anos aquele local vivencia uma enorme precariedade. Com relação ao ex-estagiário, o Conselheiro Pedro Avellar agradeceu a vinda do ex-estagiário ao Conselho Superior, e relatou sobre o trabalho desenvolvido pela Unidade Araçatuba, e afirmou que certamente é replicado em todo o Estado. A Conselheira Kathya Beja relatou um fato ocorrido nos últimos dias do ano passado, em que o estagiário Guilherme Viana auxiliava o Defensor Pedro Avellar, e obteve uma decisão favorável em caso de usuário que corria risco de morte, e elogiou o trabalho desenvolvido por Guilherme Viana. Com relação ao projeto remuneratório, o Conselheiro Bruno Miragaia concordou que projetos devem correr separados. Considerou que a situação dos vencimentos dos servidores é extremamente urgente, ao contrário do problema dos vencimentos dos Defensores, pois envolve articulação com outras instituições. A Representante da Ouvidoria, Gabriela Pimenta justificou a ausência do Ouvidor Geral, em razão de participação de reunião no Colégio Nacional de Ouvidorias e Anadep no Estado de Minas Gerais. Informou que o Condepe havia recebido cinco candidaturas para o cargo de Ouvidor Geral, os quais sejam: a) Alderon Pereira da Costa, candidato a recondução; b) Felipe Tannus Moreira da Costa, indicado pelo Cedeca de Limeira; c) João dos Santos, indicado pela Associação Unidos pela Vida; d) Luiz Carlos de Matos Filho, indicado pelo Conselho Ouvidor de Direitos Humanos; e, e) Raquel da Cruz, candidata pelo ITTC. (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania). Por fim, comentou que houve a sabatina com os candidatos, que foi gravada e em breve ocorrerá a eleição para a formação da lista tríplice. O Conselheiro Bruno Miragaia parabenizou o avanço das negociações junto ao Executivo, Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado. Abordou que entende necessário que o Conselho Superior participasse da discussão sobre o modelo remuneratório, de modo aberto e democrático. A Representante da Apadep, Franciane Marques relatou que, nesta semana, esteve no Congresso Nacional acompanhando as discussões sobre o projeto de lei que regulamenta o teto constitucional (PL nº 3123/15), e comentou que houve grande debate sobre a especificidade do trabalho prestado e aspectos do serviço com nivelamento do teto. Abordou que a implementação do teto tem gerado dificuldades em algumas instituições, e mostrou preocupação com a maneira das tratativas sobre a questão dos subsídios. O Conselheiro Augusto Guilherme manifestou que a instituição deve empreender esforços para uma suplementação no orçamento da instituição, citando as possibilidades de repasse do Tesouro ou pelo incremento do percentual do Fundo de Assistência Jurídica. Complementou que entende necessário que o Conselho Superior se debruce na questão do sistema remuneratório, pois é necessário aprofundar a discussão e analisar os possíveis impactos, mesmo que ainda dependemos do posicionamento do Tribunal de Contas. O Conselheiro Alexandre Orsi mostrou a importância de um amplo debate no Conselho Superior sobre o projeto de subsídios, realizando consulta pública e analisando as experiências de outras instituições. O Conselheiro Bruno Miragaia indagou sobre o retorno das diligências ao processo CSDP nº 313/14, que trata de proposta de deliberação sobre o sistema de registro de tutela coletiva, e pediu que o processo retornasse à pauta, de modo que houvesse definição para um avanço na atuação da Defensoria Pública. A Representante da Apadep, Franciane Marques parabenizou os candidatos que concorrerão ao Conselho Superior e à Defensoria Geral, desejando um debate profícuo e um momento sereno para discutir as propostas apresentadas pelos candidatos. A Conselheira Kathya Beja acompanhou os votos, e acrescentou que deseja a todos os candidatos uma campanha construtiva e de ideias novas. A Representante da Apadep, Franciane Marques informou que a Anadep (Associação Nacional de Defensores Públicos) e as Associações Estaduais têm se dedicado ao debate sobre o modelo público, e mencionou que uma campanha de mídia está sendo veiculada, e em breve será divulgada, citando que haverá uma linguagem acessível e voltada também ao público alvo da instituição. Comunicou que, na última semana, a entidade de classe havia recebido uma reclamação do associado Rafael Miranda, que uma pessoa supostamente identificada de maneira falsa tinha realizado uma reclamação junto à Ouvidoria. Comentou que o Defensor Público

busca através de ação judicial contra essa pessoa, pois tratar-se de alguém de outra instituição do sistema de justiça. Nesse sentido, solicitou algumas informações à Ouvidoria, mas que ainda não tinha resposta. A Representante da Ouvidoria-Geral, Gabriela Pimenta informou que o órgão está dentro do prazo da Lei de Acesso à Informação, e que pretende dar a resposta o mais breve possível. O Conselheiro Luiz Eduardo acrescentou que o pedido de informação tinha sido solicitado em janeiro, e pediu que houvesse isonomia no prazo de respostas pela Ouvidoria Geral, que tem cinco dias para retorno, sendo prorrogável por mais cinco dias. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que, nesta semana, esteve em visita ao estádio Allianz Parque, dando continuidade ao trabalho de aprimoramento da atuação no juizado do torcedor. Apontou que serão feitas solicitações de melhoria no local, mas que o estádio conta com diversas salas, inclusive uma para a Defensoria Pública. O Conselheiro Luis Gustavo relatou que, na próxima semana, iniciará a mudança da Unidade de Tupã, que deixará o espaço cedido no Fórum. No mesmo sentido, informou que o processo de mudança da Unidade Rio Claro está avançado, propiciando melhores condições de trabalho para os Defensores e Servidores. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação ao projeto que trata do teto constitucional, apontou que a situação propicia refletir sobre a proposta de adequação remuneratória. Avaliou que a premissa levada a debate com as demais instituições, visa estabelecer o subsídio do Defensor Público Nível V em 90,25% (noventa virgula vinte e cinco por cento) do Supremo Tribunal Federal, como prevê a Constituição, tendo a diferença de 5% (cinco por cento), além da possibilidade de atividades como plantão e substituição. Nesse sentido, comentou que sendo formulada uma proposta viável e apresentada para debate junto ao Conselho Superior. Com relação a eleição, enalteceu o trabalho da equipe da Corregedoria na organização das eleições, e agradeceu todos os envolvidos. Consigna-se que às 11h35min a Terceira Subdefensoria foi assumida pelo Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. Após, o Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: **CSDP nº 239/16 (Excetuoado a pauta)**. Interessada: Patricia Malite Imperato. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter em diligência, a fim de obter informações da Coordenadoria e da Terceira Subdefensoria sobre a situação da lotação, se haverá impacto na Regional, e também desentranhar os documentos juntados por equívoco pelo Departamento de Recursos Humanos, pois trata-se de consulta à aquele órgão. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação da Coordenadoria da Unidade de Jundiaí e da Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Deliberou ainda, nos termos do voto do relator, desentranhar os documentos de fls. 06/09 para encaminhamento ao Departamento de Recursos Humanos. CSDP nº 182/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Revisor: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de não modificar a lista de Defensores, acrescentando-se a seguinte lista: (ANTIGUIDADE). 1. Luciana Jordão M.A. de Carvalho - 26ª na lista de classificação; 2. Vivian Maria Lopes - 27ª na lista de classificação; 3. Aline Maria Fenandes Moraes - 28ª na lista de classificação; 4. Danilo Kazuo Machado Miyazaki - 29º na lista de classificação. (MERCIMENTO). 1 – Rafael Braga Vinhas - 11,6 pontos -- 30º na lista de classificação; 2. Diego Vale de Medeiros - 13,4 pontos - 42º na lista de classificação (vaga remanescente); (SUPLENTES): 1. Júlio Cesar Tanone - 8,8 pontos - 33º na lista de classificação; 2. Máira Coraci Diniz - 7,6 pontos - 34ª na lista de classificação. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a nova lista de promovidos de Defensores Públicos do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2015, a seguir publicada. Lista de PROMOVIDOS: (Defensor). (Critério). LUCIANA JORDÃO M. A. DE CARVALHO – ANTIGUIDADE; VIVIAN MARIA LOPES – ANTIGUIDADE; ALINE MARIA FERNANDES MORAIS – ANTIGUIDADE; DANILO KAZUO MACHADO MIYAZAKI –


ANTIGUIDADE. (Defensor). (Critério). RAFAEL BRAGA VINHAS – MERECIMENTO; DIEGO VALE DE MEDEIROS – MERECIMENTO (vaga remanescente). SUPLENTE(S): (Defensor). (Critério). JÚLIO CÉSAR TANONE – MERECIMENTO; MAÍRA CORACI DINIZ – MERECIMENTO. CSDP nº 625/15. Interessado: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de consulta pública, no prazo de 10 dias. A Conselheira Kathy Beja sugeriu a consulta pública de 15 dias. O Conselheiro Alexandre Orsi sugeriu que os Coordenadores do CAM se manifestassem na consulta pública, e sugeriu que as Subs auxiliassem nesse sentido. O Presidente sugeriu que a Terceira e a Segunda Subdefensoria consultasse os Coordenadores Regionais do CAM, sem prejuízo do comunicado publicado. O Conselheiro Luiz Eduardo reforçou a necessidade de instar os Coordenadores, sobre a consulta pública. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou que, caso acolhida a sugestão de 15 dias para consulta, a análise por este Colegiado será prejudicado, pois o mandato será finalizado. O relator concordou com o prazo de quinze dias, e sugeriu o retorno do processo na pauta do dia 01 de março de 2016. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo de consulta pública, no prazo de 15 (quinze) dias, a ser publicado oportunamente. (COMUNICADO). O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, deliberou, na 459ª sessão ordinária, realizada em 04 de março de 2016, ABRIR CONSULTA PÚBLICA nos autos do processo CSDP nº 625/15, de relatoria do Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa, sobre a proposta de deliberação, que dispõe sobre a política institucional de prevenção e solução de conflitos de interesses por intermédio de meios alternativos ao clássico processo judicial litigioso. Na elaboração da proposta levou-se em consideração: 1 – a regulamentação da política interna de composição extrajudicial de conflitos; 2 – que a composição extrajudicial será realizada na Defensoria Pública ou por intermédio de encaminhamento outros órgãos ou entidades parceiros; 3 – a eleição dos casos será realizada pelo Defensor Público e far-se-á em atenção ao critério do grau de complexidade do conflito e não da natureza da demanda, observada a perspectiva interdisciplinar; 4 – serão necessariamente absorvidos pela Defensoria Pública os casos em que o conflito entre as partes esteja permeado por fatores complicadores ou reclame a realização de prévio acolhimento emocional; 5 – as sessões de composição extrajudicial de conflitos poderão ser realizadas com o apoio e participação do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade; 6 – as demandas que não apresentem fatores complicadores e em que os envolvidos já hajam pactuado os termos de um acordo ou são declaradamente concordes com a tentativa de solução extrajudicial poderão ser encaminhados a órgãos ou entidades parceiros; 7 – os métodos consensuais também deverão ser empregados na tentativa de solução das demandas envolvendo interesses transindividuais de todas as espécies, sobretudo aquelas que versam sobre políticas públicas e prestação de serviços públicos. O texto completo da proposta de Deliberação integra a presente consulta pública (anexo). As manifestações fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas à Secretaria do Conselho Superior da Defensoria Pública, de preferência por correspondência eletrônica no endereço [conselho@defensoria.sp.gov.br](mailto:conselho@defensoria.sp.gov.br), até o dia 21 de março de 2016. CSDP nº 126/16. Interessados: Laura Sarti Cortes e Diego Rezende Polachini. Assunto: Remoção por permuta (36ª DP da Macrorregião 1 e 09ª DP da Macrorregião 1). Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a permuta entre os defensores, após o prazo sem manifestações. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, homologar a remoção por permuta entre os Defensores Públicos: Laura Sarti Cortes e Diego Rezende Polachini. CSDP nº 240/16. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar as listas encaminhadas pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para

discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado final do mês de Fevereiro de 2016, bem como homologar o resultado emergencial das Unidades de Guarujá, Franco da Rocha, Jacareí e Caraguatatuba, relativo ao mês de fevereiro de 2016, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 253/16. Interessada: Elisabete Freire Magalhães. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "II Conferência Internacional de Psicologia LGBT", a ser realizada no período de 08 a 11 de março de 2016. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada, no período de 08 a 11 de março de 2016. CSDP nº 248/13. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de Pós-Graduação no Exterior, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator proferiu a leitura do seu voto no sentido de converter o processo em diligência, a fim de colher a manifestação do interessado se há ainda o interesse no curso. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de colher a manifestação do interessado. Consigna-se que o Conselheiro Luis Gustavo informou que tinha três processos polêmicos de sua relatoria, que iria sugerir a suspensão dos mesmos, retornarem em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias, aguardando a finalização do período eleitoral. Registra-se que houve consenso pelo Colegiado, o qual deverá o relator trazer na próxima sessão seu voto. CSDP nº 249/16. Interessada: Andrea Saraiva de Barros. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de 01 de março a 30 de junho de 2016. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada, no período de 07 de março a 20 de junho de 2016, devendo apresentar relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 12h18min, sendo prorrogado os demais processos da ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo

Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. Processo (CSDP nº). Interessados/as. (206/15). Alexandre Orsi Netto. (218/15). Gislane Calixto. (221/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (225/15). 2016Luisa Hamud Morato de Andrade. (233/15). Otoniel Katumi Kinuti. (247/15). Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. (259/15). Valeria Silva do Nascimento. (286/15). Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes. (295/15). Amanda Polastro Schaefer. (302/15). Gustavo

Octaviano Diniz Junqueira. (321/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (334/15). Francisco Romano. (353/15). Elpidio Francisco Ferraz Neto. (361/15). Rafael Ramia Muneratti. (365/15). Marco Andre de Freitas. (367/15). Leandro de Castro Silva. (368/15). Sidnei Francisco Neves. (379/15). Luis Marcelo Mendonça Bernardes. (388/15). Gisele Ximenes Vieira dos Santos. (395/15). Fabiana Ferraz Luz Mihich. (408/15). Carlos Henrique Aciron Loureiro. (410/15). Renata Flores Tibyriça. (426/15). Mateus Oliveira Moro. (428/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (432/15). Marlise Costa Girardeli. (443/15). Patricia Simeonato. (444/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (445/15). Camila Ueno. (446/15). Sandra Maria Shiguehara. (447/15). Patricia Luciola Dias de Moraes. (448/15). Renato Isnard Khair. (449/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (450/15). Luciana Rosa Pinheiro Rodrigues. (453/15). Tiago Fensterseifer. (457/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (458/15). Patricia Biagini Lopes. (471/15). Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. (475/15). Bruno Lopes de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 554/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade de Execução Criminal da Capital. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra o ato conjunto da 2ª e 3ª Subdefensoria Pública Geral, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de maio de 2015. Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 612/15. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 183/10 (que dispõe sobre o afastamento de servidores públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 634/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Carapicuíba e da Unidade Osasco. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 635/15. Interessados: Defensores Públicos da Unidade

Araraquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista triplíce de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim dos Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 169/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 14h05min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quatro dias de março do ano de 2016.

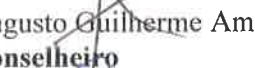
  
Rafael Morais Português de Souza  
**Presidente**

  
Kathya Beja Romero  
**Corregedora-Geral**

  
Bruno Diaz Napolitano  
**2º Subdefensor Público-Geral**

  
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**3º Subdefensor Público-Geral**


  
Luis Marcelo Mendonça Bernardes  
**Representando a 3º Subdefensoria Pública-Geral**

  
Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa  
**Conselheiro**

  
Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**

  
Bruno Ricardo Miragaia Souza  
**Conselheiro**

  
Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**

  
Pedro Antônio de Avellar  
**Conselheiro**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Franciane de Fátima Marques  
**Representante da Apadep**



Wagner Ribeiro de Oliveira  
**Conselheiro**



Gabriela Galetti Pimenta  
**Representando a Ouvidoria-Geral**



